# RELATORIA

## I SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

### Desafios e caminhos para o campo de públicas

14 e 15 de outubro

GERÊNCIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - EG/FJP

2021

FJP

# APRESENTAÇÃO

Este documento possui como objetivo consolidar os debates realizados durante o I Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP).

O Simpósio foi realizado em parceria com diversas instituições de ensino, a sabe a UFBA, UFLA, UFRB, UFV, UNB, UDESC e FGV, com o objetivo de propiciar um espaço de interações dialógicas entre as pesquisas, as práticas de ensino, e os projetos de extensão, na busca por convergências e fortalecimento dos debates no Campo.

A seguir será apresentada a programação do evento, trazendo os links das palestras de abertura e do encerramento, que contou com o lançamento do livro "A Igualdade terá o resto da mulher", organizado pelo Observatório das Desigualdades da EG-FJP, em parceria com o Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (Egedi) da Fundação João Pinheiro.

Além destes dois momentos, também foram realizadas três mesas de diálogo, que terão seus principais pontos de debate destacados em forma de relatoria neste documento. Importante apresentar que as mesas estavam estruturadas com a seguinte dinâmica:

PAINEL – Apresentação de 30 minutos para cada instituição de ensino superior.
DEBATE – Desafios, limites e possibilidades para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas, bem como encaminhamentos possíveis.

Deste modo, serão retratados pontos apresentados pelos debatedores e em seguida elementos que surgiram por meio destes diálogos, como questionamentos e encaminhamentos possíveis.

# I SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

## Desafios e caminhos para o campo de públicas

14 e 15 de outubro
Online e gratuito

# PROGRAMAÇÃO

**1º dia – 14/10/2021 – quinta-feira**

9h – **ABERTURA** – Direção da Escola de Governo e convidados

9h30 – PALESTRA – Os atuais desafios e perspectivas do Ensino em Administração Pública: o caso do Instituto de Assuntos Públicos da Universidade do Chile – Ariel Ramírez Orrego – Director de la Escuela de Gobierno y Gestión Pública

10h – PALESTRA – Desafios para a Extensão no Campo de Públicas e potencialidades de articulação junto à Pesquisa e ao Ensino – Rosana de Freitas Boullosa (UNB)

10h30 – PALESTRA – Desafios para a Pesquisa no Campo de Públicas e potencialidades de articulação junto à Extensão e ao Ensino – Paula Schommer (Udesc)

11h – DEBATE

**Clique aqui para conferir as palestras de abertura.**

14h às 17h – **MESA DE DIÁLOGOS 1 – A EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS**

14h – ABERTURA – Boas vindas e apresentação da metodologia

14h15 – PAINEL – Apresentação de 30 minutos para cada instituição de ensino superior (IES): panorama das atividades de extensão

15h45 – DEBATE – Desafios, limites e possibilidades para a extensão no campo de públicas e sua articulação com ensino e pesquisa. Encaminhamentos e relato da mesa de diálogo



Instituições Participantes

# I SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

## Desafios e caminhos para o campo de públicas

14 e 15 de outubro
Online e gratuito

# PROGRAMAÇÃO

**2º Dia – 15/10 – sexta-feira**

9h às 12h – **MESA DE DIÁLOGOS 2 – O ENSINO NO CAMPO DE PÚBLICAS**

14h às 17h – **MESA DE DIÁLOGOS 3 – A PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS**

**Cliqui aqui para assistir ao lançamento do livro.**

**Clique aqui para fazer o download do livro.**

17h às 19h – **LANÇAMENTO DO LIVRO: A IGUALDADE TERÁ O ROSTO DA MULHER**
livro organizado pelo Observatório das Desigualdades da EG-FJP

17h – ABERTURA – FJP, Conselho Regional de Economia e Contabilidade (Corecon-MG) e Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (Cegov-UFRS)

17h21 – Mediadora: Rosânia Sousa

17h25 – Marta Ferreira Santos Farah

17h45 – Mariana Mazzini Marcondes (autora de um capítulo)

18h05 – Letícia Godinho (autora de um capítulo)

18h25 – Comentários da mediadora e debate

# MESA DE DIÁLOGOS 1 – A EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

Debatedoras/es:
**Edgilson Tavares (UFBA)**
**Camila Risso (UFLA)**
**Beatrice Correa de Oliveira (FJP)**

A seguir, pela ordem de apresentação, são colocados os principais pontos destacados pelos membros da mesa e, em seguida, alguns outros pontos que surgiram dos debates e questões apresentadas pelos ouvintes/participantes.

## Apresentação - Camila Risso (UFLA)

Inicialmente, a professora introduz sua fala explicando que visa discutir sobre o papel político da extensão, como ela foi pensada e por que ela compõe o tripé da universidade pública, bem como tratar do significado da prática extensionista.

O fazer universitário envolve o tripé: ensino, pesquisa e extensão, o qual, na prática, funciona a partir de afinidades e perfis pessoais dos agentes das universidades públicas, sendo observado, por exemplo, que há docentes que se dedicam mais à pesquisa, outros mais à extensão.

Essa configuração é atribuída a uma concepção fragmentada da universidade, que está atrelada a uma racionalidade técnica e instrumentalizada das relações educacionais, o que influencia o modo de pensar a extensão universitária. Por outro lado, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui um paradigma representativo de um projeto de democratização da sociedade, definido na Constituinte, que compreende que a universidade possui um papel na construção da democracia.

Nesse ponto, a professora realizou uma retomada histórica da incorporação dessas diretrizes universitárias na Constituição Federal de 1988, uma vez que essa construção e os entraves existentes são importantes para entender a extensão e suas dificuldades atualmente.

A integração entre ensino e pesquisa remonta ao século XIX nas universidades europeias e evidencia que a produção do conhecimento ocorre pela e para a elite. No Brasil, o modelo de universidade implantado fragmentou-se na sua origem com vistas à perpetuação do interesse das classes dominantes.

Na América Latina, o compromisso social da universidade teve como marco o Manifesto de Córdoba, de 1918, que incorporou a extensão como uma função precípua da universidade, o que se configurou como um projeto inicial de uma universidade socialmente referenciada.

# MESA DE DIÁLOGOS 1 – A EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS

Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova traduzia a visão de um segmento da elite intelectual brasileira, porém verificava-se um compromisso de tornar a universidade um instrumento de organização da sociedade.

Com a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, houve uma oportunidade inicial de inserir, de fato, no arcabouço institucional brasileiro uma discussão sobre a democratização da educação e do papel desta na construção da democracia em si, o que evidenciou um embate entre o público e o privado no debate sobre a educação nacional.

O projeto de uma universidade socialmente engajada na transformação estrutural da sociedade foi desmantelado pela ditadura militar. Um marco disso foi a reforma universitária de 1968 que concentrou a pesquisa apenas na pós-graduação, o que ainda é reproduzido até hoje na prática universitária.

No período da redemocratização, nos anos 1980, foi retomado o projeto de democratização da universidade e de colocá-la a serviço da sociedade.

O artigo 207 foi redigido no Fórum da Educação Constituinte e é o dispositivo da Constituição Federal de 1988 que trata do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

O sociólogo Floristan Fernandes propôs, no Fórum da Educação Constituinte, as seguintes prioridades da educação na Constituição Federal de 1988: assegurar a todas as pessoas igualdade efetiva das oportunidades educacionais; conferir à escola a condição de laboratório da sociedade civil; e estabelecer a autoemancipação pedagógica em escala nacional. Essas propostas, em alguma medida, dialogam com a extensão. Essa lógica presente na Constituição Federal de 1988 começa a ser desmontada logo após a sua promulgação, com a eleição de um governo neoliberal.

O embate entre o público e o privado no âmbito do modelo de educação superior é retomado, de maneira que a lógica privatista avança, a qual desrespeita a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com esse embate, verifica-se a presença de forças antagônicas que colocam diferentes projetos de educação em disputa, levando a questionar onde se encontra a extensão nessa disputa.

A extensão não é apenas a universidade fazer entregas à sociedade, mas também é importante entender o que a sociedade solicita como demanda e quais contribuições ela pode fornecer para a universidade. Enxergar a extensão como uma prestação de serviços é muito limitante e segue uma lógica fragmentada da atuação universitária.

A curricularização da extensão pode ser uma oportunidade para um avanço no sentido de uma universidade que seja socialmente referenciada. Porém, a professora destaca que pode acontecer também de esse movimento se tornar apenas mais uma forma de parametrizar a prática educacional, dependendo da escolha que se decidir adotar.

No caso do Campo de Públicas, é ainda mais importante estabelecer e gerenciar a relação entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, não se deve restringir à curricularização da extensão, é preciso pensar também como deve ser o funcionamento da relação entre universidade e sociedade.

Refletir sobre a extensão no Campo de Públicas a partir do papel da educação e da universidade na construção dos pilares da democracia. Observa-se atualmente que o que tem acontecido é "construir em meio à destruição", devido à fragilidade da democracia. Por fim, o caminho sugerido pela professora é retomar a base do processo de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão proposto anteriormente.

Apresentação - Edgilson Tavares (UFBA)

O professor começa com a provocação de que a extensão é uma parte do tripé que "cambaleava", ou seja, que não era muito valorizada. No entanto, isso mudou a partir de uma normatização sobre o tema. Nesse sentido, a obrigatoriedade de carga horária mínima para extensão na grade curricular foi uma conquista da sociedade civil, porém as instituições de ensino têm apresentado dificuldades para cumprir essa obrigatoriedade.

O professor traz a reflexão sobre qual o tipo de extensão queremos. Uma lógica tecnocrática deve ser rejeitada, já que sua aplicação não tem sido aceita nem mesmo para o ensino. Neste sentido, deve-se fazer a defesa de uma extensão no Campo de Públicas que siga os princípios basilares do fortalecimento da democracia e do republicanismo.

Seguindo sua exposição, o professor destaca dois desafios. O primeiro consiste em um desafio institucional: o cumprimento da Resolução 07 de 2018, que regulamenta as diretrizes para a extensão universitária (curricularização), até o fim de 2022. Soma-se à isso a dificuldade das universidades ofertarem condições, desenvolverem políticas e estímulos para os professores se tornarem docentes extensionistas.

No caso do Campo de Públicas especificamente, é preciso questionar se, de fato, os currículos têm espaço para a curricularização da extensão. Relacionado a isso, há o desafio da mudança cultural, pois a extensão não é valorizada em instituições de ensino e existem preconceitos contra ela. Paradigmas presentes nas instituições de ensino: lógica colonizadora de produção de conhecimento versus extensão como forma de aprendizado coletivo, que possibilita ressignificar a aquisição do saber.

Deste modo, outro desafio da extensão é romper com a lógica colonizadora, que acredita em "salvar o mundo" e levar o saber acadêmico pronto e acabado às comunidades, e de entender que seu papel como geradora de outros saberes, capaz de ressignificar a produção de conhecimento nas universidades.

Para haver essa mudança, a extensão deve avançar na direção de uma pedagogia intersecional, isto é, uma pedagogia que reconheça as pluralidades de ser e estar no mundo e de produzir conhecimento.

A extensão é uma forma de provocar a reflexão e o posicionamento críticos dos estudantes e profissionais do Campo de Públicas. Presença, muitas vezes, de uma lógica intervencionista, de levar a melhor solução para a comunidade (uma posição assistencialista). Para alterar isso, vale a reflexão se a universidade está realmente aberta para receber as demandas da sociedade.
É preciso pensar a extensão como uma via de mão dupla ao tratar da relação com a sociedade, em que as duas partes compartilham experiências e aprendizados de maneira coletiva. Inclusive existe a possibilidade de projetos de extensão provocarem frustrações nas comunidades.

Outra questão apontada pelo professor é de que a extensão deve ser "multiatorial", de modo que não se restrinja à sociedade civil, atuando também junto a equipamentos públicos que estejam associados às políticas públicas, ao Estado, ao Poder Legislativo, entre outros.
É preciso pensar em como valorizar o docente extensionista, por exemplo, como contabilizar a carga horária da extensão?

A partir desse ponto, o professor Edgilson compartilha sobre as experiências da extensão na UFBA. Ele explica que semestralmente a universidade lança editais voltados para a extensão, de maneira que há um orçamento específico para os projetos, o que estimula as unidades da UFBA a criarem suas próprias políticas.

A ACCS (Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade) é um componente curricular da UFBA, de natureza optativa, que envolve o ensino e a extensão e que surgiu em 1997. Essa ação pode ser submetida por meio de edital para obtenção de recurso.

Um pré-requisito básico da ACCS é ser um projeto interdisciplinar, que envolva pelo menos dois cursos de graduação da UFBA e disponibilize vagas para diferentes cursos.

Um exemplo que o professor comentou em sua fala foi da ACCS que ele participa, chamada "Políticas públicas de cuidados para diversidades", que utiliza análises intersetoriais e intersecionais e que tem trabalhado com pessoas com deficiências e outros grupos de minorias. Alguns dos produtos da ACSS são a criação de podcast e produção de vídeos de curta metragem.

Por fim, o professor aponta os resultados obtidos a partir da ACCS, como: a formação interdisciplinar "no" e "do" Campo de Públicas para outras áreas; a associação entre prática e teoria; a análise crítica-reflexiva; a aprendizagem a partir de experiências públicas; e o desenvolvimento de outros métodos científicos a partir da produção tecnológica.

Apresentação - Beatrice Correa (FJP)

Em sua fala, Beatrice compartilha sobre a experiência da extensão na Escola de Governo da FJP. Inicialmente, ela apresenta a trajetória da extensão na instituição.

Os primeiros registros da extensão da Escola de Governo estavam mais relacionados com a ideia de transmitir conhecimento, por meio de cursos e treinamentos para requalificação dos servidores públicos, associada à capacitação continuada.

A partir dos anos 2000, observou-se o protagonismo dos estudantes, no sentido de apresentarem demandas para participar de espaços de extensão, atuar em escolas e comunidades ou conhecer a realidade de outras organizações públicas.

Com esse movimento, houve a criação do Laboratório de Políticas Públicas, que funcionou para proporcionar espaços em que os estudantes tivessem contato com comunidades e outras organizações públicas e desenvolvessem jogos e simulações, de modo a aproximá-los da dinâmica da administração pública, para além das experiências do ensino e da pesquisa.

Em 2011, criou-se a Gerência de Extensão e Relações Institucionais, estabelecendo uma estrutura dentro da Escola de Governo responsável por pensar a extensão, além de promover a relação com o ensino e a pesquisa. Com isso, houve uma maior aproximação com a ideia de uma extensão popular.

Em 2014, com um novo projeto pedagógico do curso de Administração Pública, foi definida uma carga horária mínima para as atividades de extensão e imersão, consistindo esta última em um período de algumas semanas que os estudantes atuam em municípios para conhecer a realidade local. Incluiu-se também as disciplinas de projetos aplicados, que visam proporcionar aos estudantes experiências práticas e o desenvolvimento de projetos junto aos órgãos do Poder Executivo estadual.

Em 2020, com uma nova discussão do projeto pedagógico, ocorreu um momento de discussão com estudantes e professores sobre as práticas de extensão, assim como houve a oportunidade de entender e posicionar a extensão no fazer acadêmico da Escola de Governo.

A participação da extensão é organizada por tipos de projetos, sendo eles: sociais, acadêmicos, profissionais e de imersão. Essa organização serve mais para ajudar a estruturar a extensão e orientar os estudantes ao longo do curso, pois busca-se relacionar as diferentes práticas e vivências nos variados projetos. Estes devem estar de acordo com a Política de Extensão Universitária estruturada pela Escola de Governo.

Os projetos sociais ocorrem nas comunidades, em parceria com os CRAS e escolas públicas, por exemplo. A atuação dos estudantes é mais direcionada para discussões sobre cidadania, desigualdade, participação social, etc. Esses projetos são geralmente organizados em ciclos de ação e reflexão com encontros periódicos com a comunidade. É bastante presente a ideia de troca de saberes entre os estudantes e a sociedade.

Nos projetos acadêmicos, verifica-se maior interação entre discentes e docentes. Esses projetos envolvem o desenvolvimento de pesquisas que geram produtos para disseminação do conhecimento. O objetivo, portanto, é não se restringir somente aos grupos de pesquisa, pois busca-se apresentar os resultados à sociedade também.

Os projetos de práticas profissionais permitem o contato com organizações públicas, ONGs e municipalidades para desenvolver atividades profissionais ligadas à gestão pública, visando, por exemplo, à produção de relatório ou diagnóstico em parceria com servidores.

Os projetos de imersão municipal se relacionam com a observação e a participação dos estudantes na dinâmica das gestões municipais. Esses projetos envolvem uma maior atuação e protagonismo dos discentes, já que eles vão a campo sob a orientação dos professores à distância.

A Gerência busca incentivar os docentes e discentes a proporem projetos de extensão, que são realizados semestralmente e em parcerias. É importante avaliar a necessidade de repensar os projetos e de adaptá-los com o tempo.

Por fim, Beatrice traz algumas questões para reflexão, como: quais as estratégias, dispositivos e metodologias para promover o diálogo com a sociedade e incluí-la na extensão? Nesse sentido, como esses diálogos alcançam e contribuem para a construção do ensino e da pesquisa?
Além disso, como definir e acompanhar as contribuições da extensão sobre a aprendizagem dos membros da comunidade universitária, sobretudo vinculada ao projeto pedagógico do curso? E como serão as atividades de extensão pós-pandemia?

## Debate

Após as apresentações iniciais, foi iniciado um momento de debate aberto com os presentes. Os principais pontos e encaminhamentos apresentados serão destacados neste abaixo.

- A extensão é um espaço muito importante para desenvolver o espírito público. Ela possibilita a vivência prática, para além da teoria.
- A extensão contribui para o fortalecimento da burocracia, no sentido de desenvolver uma racionalidade para além da instrumental, uma racionalidade substantiva.
- Necessário pensar em como a PEC 32 impacta a extensão, mas também como esta pode atuar para resistir às implicações decorrentes da Reforma Administrativa. Usar a extensão como meio de fazer as pessoas refletirem sobre a importância do serviço público e sobre como ele se constitui no Brasil.
- A ação educativa da extensão e o entendimento cidadão que ela proporciona aos estudantes e à sociedade possibilitam novas perspectivas e a quebra de percepções do senso comum sobre o serviço público e o Estado.
- Com os contingenciamentos orçamentários para as universidades, tem sido difícil desenvolver as atividades de extensão e de ensino. Como alternativa, foi mencionada uma política de financiamento das próprias Escolas de Administração, a partir do que se arrecada com projetos de assessorias, consultorias, cursos de MBA, especializações, entre outros prestados por elas.
- Desafio de escrever sobre extensão.
- O professor Edgilson apresentou o questionamento: por que se fala tanto em bolsas de pesquisa mas não se fala em bolsas de extensão?
- Assessorias e consultorias também são consideradas atividades de extensão, desde que devidamente regulamentadas. São uma maneira de captar recursos para ofertar bolsas.
- É importante entender a diferença entre entidades de extensão e atividades extensionistas, pois existem entidades de extensão, como as consultorias, que não realizam somente atividades extensionistas.
- A partir do questionamento sobre a apropriação pelos demais setores das universidades do conhecimento gerado pela extensão, o professor Edgilson comenta sobre a falta de infraestrutura do Núcleo de Extensão e da ausência de divulgação das atividades na UFBA. Ele argumenta que isso demonstra que a extensão não é prioridade e que é preciso estimular e envolver os colegas docentes, para que seja mais valorizada.

- As diretrizes dos fóruns de pró-reitores e da Política Nacional de Extensão podem ser orientadoras para delimitar os contornos das atividades extensionistas.
- Pensar os problemas apresentados na extensão em conjunto, compartilhando e envolvendo o ensino e a pesquisa desde o início para que seja um desafio em comum.
- Recomenda-se conhecer os diferentes projetos extensionistas e explorar mais as possibilidades praticadas nas universidades brasileiras.
- Necessidade de sistematizar as atividades de extensão à distância.
- Ideia da pesquisa implicada, que consiste em envolver a extensão em si ou pelo menos os aspectos e princípios que norteiam a extensão.
- Avançar na discussão da ética em pesquisa e extensão no Campo de Públicas e nas Ciências Sociais como um todo, pois envolvem várias dimensões éticas, já que se criam expectativas, podem haver frustrações, lida-se com conflitos, trata-se de desigualdades e culturas. Com isso, foi proposto um debate sobre esse tema em outro evento.

# MESA DE DIÁLOGOS 2 – O ENSINO NO CAMPO DE PÚBLICAS

Debatedoras/es:
**Lys Maria Vinhaes Dantas (UFRB)**
**Cibele Franzese (FGV EAESP)**
**Bruno Dias Magalhães (FJP)**

A seguir, pela ordem de apresentação, são colocados os principais pontos destacados pelos membros da mesa e, em seguida, alguns outros pontos que surgiram dos debates e questões apresentadas pelos ouvintes/participantes.

Apresentação - Lys Maria Vinhaes Dantas (UFRB)

Inicialmente, a expositora diz que vai apresentar um pouco do trabalho dos professores, sobre o seu trabalho na UFRB e um pouco da estrutura do Curso Tecnológico em Gestão pública. Ela apresentou os princípios e fundamentos da UFRB e destacou o diálogo com as comunidades locais, como algo importante na vida e produção da universidade. Acentuou a importância deste diálogo e de como ele se adequa as características do estado da Bahia.

Em seguida apresentou a estrutura organizacional do Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL. Informou que ele está dividido em dois setores Cachoeira e São Felix. E informou que o Curso de Gestão Pública é o único curso tecnológico da UFRB. Para a expositora, há muito desentendimento do que seja um curso tecnológico.

Ela expos que os cursos tecnológicos se estruturam no mesmo tripé da educação superior, ou seja, ensino, pesquisa e extensão.

- O curso possui entrada anual de 50 alunos/vagas
- O curso de 1870 horas, portanto, acima do mínimo exigido para este tipo de curso.
- Nesta carga horária, além daquelas dedicadas as aulas, estágio, Atividades curriculares complementares (ACC) e elaboração de um trabalho de conclusão de curso (TCC).
- As disciplinas obrigatórias respondem por 1530 horas e as optativas por 170. Há um conjunto de disciplinas específicas do curso.
- Os quatro eixos que se estrutura as disciplinas do curso são: economia, política, administração e direito.

Sobre os conteúdos do curso, ele garante conhecimentos técnicos e teóricos sobre a gestão pública, a partir de seus princípios gerais: capacidade de formular, implementar e avaliar políticas públicas; autonomia intelectual; capacidade crítica; e princípios éticos.

Sobre o termo que dá nome ao curso, tecnologia em gestão, há muita discussão sobre o significado dele. Para minimizar o dissenso quanto ao significado do nome que poderia afetar os objetivos e princípios do curso, a coordenação em parceria com a comunidade acadêmica definiram que tecnologia em gestão pública exige proximidade entre o ensino e a pesquisa e a desafiadora construção coletiva de conhecimento interdisciplinares.

Sobre o termo que dá nome ao curso, tecnologia em gestão, há muita discussão sobre o significado dele. Para minimizar o dissenso quanto ao significado do nome que poderia afetar os objetivos e princípios do curso, a coordenação em parceria com a comunidade acadêmica definiram que tecnologia em gestão pública exige proximidade entre o ensino e a pesquisa e a desafiadora construção coletiva de conhecimento interdisciplinares.

Apresentando as formas de construção de conhecimentos no curso de Tecnologia em Gestão Pública, a expositora destacou a diversidade de formas de construção de conhecimentos e de avaliações que permitem o aprofundamento crítico dos alunos e da comunidade acadêmica. Ela explicou que o ensino está casado com a pesquisa e extensão como forma de ampliação do espaço da sala de aula. E que o que construído pavimenta o caminho para mestrado e outras pós-graduações. E informou que o tecnólogo pode fazer mestrado e doutorado, pois é uma graduação como as demais.

Por fim, a Professora Lys, expôs a importância dos trabalhos de conclusão de curso, TCCs, na formação dos alunos do curso. Ela informou que eles são analíticos e mostram o alcance dos conhecimentos; possibilitam e realizam síntese de aprendizagens ao longo da trajetória e mostram um pouco daquilo que o aluno aprendeu ao longo do processo de formação
Os TCCs podem ser monografias, artigos, projetos de intervenção, capitação de recursos, ou testão. Podem ser de formatos diversos. Eles devem primar pelo rigor metodológico e estar dentro das normas da ABNT; devem estar voltados para o território e devem dar respostas a problemas locais.

Neste sentido, os TCCs que se voltam para entregas de produtos devem conter uma nota técnica que mostra a trajetória teórica que dialoga com os conhecimentos acadêmicos. Os seus temas são diversos e tratam de questões como meio ambiente, políticas sociais e outros relativos a gestão pública. A maior parte deles são direcionados para o Recôncavo, o que contribuem para aumentar os conhecimentos sobre este território.

Apresentação - Cibele Franzese (FGV)

Ao iniciar sua fala, a professora destacou que há muitas coisas em comum entre FGV e a UFRB e que será um diálogo muito bom e proveitoso e informou que seu enfoque será o curso de Administração Pública da FGV.

Apresentando as formas de construção de conhecimentos no curso de Tecnologia em Gestão Pública, a expositora destacou a diversidade de formas de construção de conhecimentos e de avaliações que permitem o aprofundamento crítico dos alunos e da comunidade acadêmica. Ela explicou que o ensino está casado com a pesquisa e extensão como forma de ampliação do espaço da sala de aula. E que o que construído pavimenta o caminho para mestrado e outras pós-graduações. E informou que o tecnólogo pode fazer mestrado e doutorado, pois é uma graduação como as demais.

Por fim, a Professora Lys, expôs a importância dos trabalhos de conclusão de curso, TCCs, na formação dos alunos do curso. Ela informou que eles são analíticos e mostram o alcance dos conhecimentos; possibilitam e realizam síntese de aprendizagens ao longo da trajetória e mostram um pouco daquilo que o aluno aprendeu ao longo do processo de formação
Os TCCs podem ser monografias, artigos, projetos de intervenção, capitação de recursos, ou testão. Podem ser de formatos diversos. Eles devem primar pelo rigor metodológico e estar dentro das normas da ABNT; devem estar voltados para o território e devem dar respostas a problemas locais.

Neste sentido, os TCCs que se voltam para entregas de produtos devem conter uma nota técnica que mostra a trajetória teórica que dialoga com os conhecimentos acadêmicos. Os seus temas são diversos e tratam de questões como meio ambiente, políticas sociais e outros relativos a gestão pública. A maior parte deles são direcionados para o Recôncavo, o que contribuem para aumentar os conhecimentos sobre este território.

Apresentação - Cibele Franzese (FGV)

Ao iniciar sua fala, a professora destacou que há muitas coisas em comum entre FGV e a UFRB e que será um diálogo muito bom e proveitoso e informou que seu enfoque será o curso de Administração Pública da FGV.

A professora destacou a reformulação curricular que está em processo inicial de implementação (quarto semestre). Ressaltando que é uma determinação da FGV que o curso deve passar por reforma ou revisão curricular a cada quatro anos. O que para a expositora, faz o curso estar sempre em reforma e precisando fazer ajustes constantes para que os alunos não saiam prejudicados e possam concluí-lo com êxito. Estas reformas fazem parte do esforço de sempre atualizar o curso.

As novas diretrizes foram debatidas na escola durante dois ou três meses. Ao final, elas foram compiladas e enxugadas para não fragmentar. Pois um número grande delas poderia levar a esta fragmentação. Do diálogo com os alunos e os egressos do curso, apreendeu-se que o curso tem muitas horas e isto é fator de insatisfação e reclamações. Portanto, um dos desafios da reforma curricular é diminuir sua carga horária.

Uma outra característica importante do curso são as suas três imersões: federal, subnacional e internacional (Sul-Sul). Estas imersões, segundo a expositora, garantem ao curso uma grande conexão com a prática, apesar da extensa carga horária. Contudo, ela considera que o curso tem muito conhecimento e poucas habilidades definidas com clareza.

A despeito dos conhecimentos que são produzidos no curso, àqueles que as organizações que contratam egressos do curso mais destacaram, segundo o registro das entrevistas, são: capacidade de análise, de fazer diagnósticos, design thinking, redesenhos de processos, leituras críticas, domínios de técnicas (etnográficos e estatísticas); capacidade comunicar, conduta ética, respeito a diversidade, entre outros. Por sua vez, as entrevistas, principalmente com alunos e egressos, destacaram pontos de atenção: curso conteudista, muitos créditos, pouca interdisciplinaridade, muitos textos que desestimulam a leitura, rigidez na estrutura curricular com muitas disciplinas obrigatórias.

Para realizar a sua reforma curricular de 2020, além das entrevistas, foram realizadas buscas sobre os cursos de Administração Públicas no Brasil e fora dele. O objetivo destas consultas era conhecer como eles estavam estruturados e comparar com o da FGV. Neste sentido, verificou-se que, em geral, no Brasil os cursos são bastante rígidos quando comparados aos outros países. Há poucas opções de escolhas dos processos formativos para os alunos. Os cursos em países fora da América Latina há mais flexibilidade e diversidade destes percursos.

Diante disso, a FGV definiu que deveria mudar sua estrutura curricular e exigir menos disciplinas obrigatórias, mais disciplinas interdisciplinares, mais disciplinas multidisciplinares, disciplinas que dialoguem com as imersões e um curso mais conectado com a prática. Seguindo esta linha,, a reforma criou um semestre inteiro de imersão. Neste caso, passou a oferecer três possibilidades de trabalhos práticos com organizações públicas ou do terceiro setor. Essa imersão, segundo o novo currículo, deve acontecer no sexto semestre (período). A intenção, neste caso, seria desenvolver habilidades de empreendedorismo e criatividade.

Assim, segunda a expositora, o curso conseguiu reduzir os créditos das disciplinas obrigatórias, ou seja, de sala de aula. Destacando que a reforma manteve a obrigatoriedade do trabalho de conclusão de curso - TCC.

Em linhas gerais, o curso passou a ter a seguinte estrutura:

- primeiro semestre: formação do estado e uma disciplina de integração (diversidade). Esta última teria a finalidade de tirar os alunos da bolha e forçar a sua integração com outros setores sociais. Criou a disciplina de leitura. Há disciplina de estatística no primeiro semestre (solicitada pelos respondentes das entrevistas avaliatórias das organizações onde os alunos trabalham). Esta última é trabalhada em conjunto com as análises qualitativas e direcionada para o entendimento das políticas públicas. Ou seja, deu um outro sentido a esta disciplina. Criou, também, a disciplina de pré-cálculo para preparar para matemática e microeconomia. O curso fez uma sequência/percurso das disciplinas quantitativas.
- Segundo semestre: políticas sociais. Neste semestre tem muitas atividades de campo junto a equipamentos públicos diversos. Além da disciplina de políticas públicas, há oficinas de diversidade social. Uma observação importante destacada pela expositora é que FGV passou a desenha os eixos curriculares por semestre e, também, por percursos das disciplinas.
- Terceiro semestre: acontece a primeira imersão, a federal. Todas as disciplinas têm uma abordagem e realizam análises da conjuntura nacional. Neste perído, estão agrupadas disciplinas quantitativas e a contabilidade para entender o papel do Tribunal de Contas da União.
- Quarto semestre: há a imersão local/estadual. Estuda-se a implementação e a gestão das políticas públicas. Nele as disciplinas tratam, principalmente, da governança territorial e social, gestão social e urbana. A disciplina dos dilemas éticos (com temas como a corrupção, patrimonialismo, entre outros) acontece neste período.
- Quinto semestre: neste semestre acontece a imersão Sul-Sul. Trata-se de uma imersão internacional em que os alunos vão para países da América Latina ou África. Neste período os professores que trabalham com o ambiental e social através dos ODS, realizam discussões em perspectivas comparadas e desenvolvem comunicação com diversos públicos através de linguagem.
- Sexto semestre: este é o semestre da imersão em projeto aplicado. É um semestre sem aula. Porém há encontros quinzenais. E atividades diversificadas.

- Sétimo semestre: este prioriza trabalhar com a dimensão organizacional. Os alunos estudam os diversos tipos de organizações e começam a pensar em sair da graduação. Tem aí o TCC 1.
- Oitavo semestre: os alunos fazem o TCC2. Ainda aí eles podem fazer disciplinas eletivas (os minors) equivalentes a 12 créditos. Eles devem fazer 24 créditos em disciplinas eletivas (minors). Essas disciplinas foram agrupadas em áreas que são definidas sobre os locais onde os alunos deverão atuar.

A avaliação da reforma curricular de 2020 pelos alunos da FGV e outros stakeholders é bastante positiva. O que é um indicativo de o curso da EEAESP está em um caminho promissor.

Apresentação - Bruno Dias Magalhães (FJP)

Ao iniciar sua apresentação, Bruno falou das reflexões que o campo de públicas está fazendo e destacou a evolução deste campo de estudo. Ele se propôs a refletir sobre os desafios que ainda persistem, iniciando com uma retomada das origens e do histórico deste campo de conhecimento.

- Esta trajetória vem em camadas desde a República Velha e evolui com a criação do DASP da Era Vargas. A orientação teórica por trás deste momento inicial é a administração científica (Fayol) e da formação de uma burocracia profissional (Weber).
- Nas décadas de 50 e 60 reforça-se a ideia e prática de uma administração pública influenciada pela economia e direito voltada para fortalecer o desenvolvimentismo. Tem-se o nascimento da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA.
- Na década de 70, há fechamentos de cursos de administração pública e o fortalecimento da administração de empresas. Isso deve-se, em larga medida, ao contexto do desenvolvimento das empresas estatais.
- Nos anos 80, a marca fundamental do campo é a discussão de democracia. Neste momento o campo de pública estava sob a influência da ciência política, principalmente.
- Nos anos 90 ressurgem as escolas de administração pública. Inclusive a EG/FJP.
- Nas últimas décadas há expansão e diversificação dos cursos deste campo. O que aumenta a interface com a diversidade de outras áreas.

Focando na trajetória da EG/FJP, destaca-se:

- nasce do debate sobre a redemocratização. O debate é para discutir a necessidade de uma burocracia estatal.
- O Paulo Neves de Carvalho, que dá nome a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, foi um dos seus idealizadores. Ele concebe o curso e a escola partindo do direito administrativo e da crítica a ele. Por isso, ele consegue projeto um curso que ultrapassa o caráter normativo desta área de estudo e avança sobre outras áreas.
- Foi este ethos do direito administrativo, criticado pelo seu excessivo caráter normativo, mas voltado para um Estado onde o administrador tenha mais flexibilidade que se estruturou o curso de Administração Pública da Escola de Governo da FJP. Ou seja, a EG nasce da crítica ao Estado monopolista e inflexível.
- Especificamente o curso de Administração Pública nasce em 1986 no CDA/FJP, durante a transição da ditadura para a democracia no Brasil.
- E a EG incorporou as características e tensão do período. Com isso, ela incorporou elementos teóricos da ciência política, sociologia política, direito e administração que passaram a figurar e influencia seu currículo até os dias atuais.
- A partir de 2004, há flexibilização por parte do governo federal quanto aos currículos dos cursos e o curso da FJP passa por uma reforma no ano de 2005. Em 2014 há nova reforma curricular com intuito em equilibrar teoria e prática e competências. O mesmo aconteceu em 2016 e em 2020. Esta última é a que está sendo implementada neste ano de 2021.
- Para esta última reforma aconteceu a partir do amplo diálogo com os alunos e os docentes sobre a graduação em Administração Pública. Ela se propôs a construir um novo projeto pedagógico para o curso.

O expositor passou a apresentar as características da graduação em Administração Pública – CSAP. Neste sentido, ele argumentou que o curso possui uma carga horária bastante grande. E sugeriu a necessidade de se fazer alguns cortes. Ele informou que o curso tem disciplinas optativas e obrigatórias. Há mais oferta de disciplinas do que obrigatoriedade de fazê-las.

Há a ideia de gestão de competências e uma matriz de competência grande a ser desenvolvida ao longo do curso. A intenção é reduzir para aquelas que são chaves e específicas para o profissional em administração pública.

O atual currículo traz inovações do ponto de vista da agência. Neste sentido, disse o expositor, há disciplinas diversas com enfoque em inovação, diversidade social, introdução a ciência de dados.

Há divisão temática por áreas disciplinares e há tentativa de misturar as áreas através de trilhas formativas interdisciplinares. Foi constituída quatro trilhas. Elas são equilibradas e com grande conexão entre elas. Além dessas, há os projetos aplicados na tentativa de aproximar os aportes teóricos das práticas dos EPPGGs. Estas cumprem objetivos específicos definidos a partir do percurso formativo dos alunos.

Nesta estrutura curricular atual constituiu-se lócus de discussões em conjunto com o mestrado em Administração Pública da FJP. Nestes encontros acontecem discussões rápidas feitas com pessoas envolvidas na pesquisa, nas atividades profissionais e no ensino deste campo de estudo. A ideia que orientou a reforma curricular de 2020 é a tentativa de se construir um formato de ensino "mão na massa", ou seja, na prática.

Por fim, o expositor destacou os estágios curriculares obrigatórios e facultativos. Ele informou que cerca de 50% dos alunos da graduação fazem estágio estágios facultativos. Estes acontecem, principalmente, nas secretarias e agências do Governo do Estado. Porém, há a intensão de expandir para outros setores, poderes e agências públicas estatais e não estatais.
Por fim, o expositor apresentou alguns desafios colocados para a graduação em Administração Pública da FJP.

Para isso perguntou, quais são os desafios colocados para o projeto pedagógico? E apresentou algumas respostas: interdisciplinaridade (diálogos com outras disciplinas. Por que aprender com as diversas áreas conhecimento?); integração teoria e prática (como e onde atuar?). Como traduzir as competências em conteúdos e práticas? Investimentos na formação de docentes. E, também, trabalhar a concepção do Estado em xeque.
O expositor terminou sua apresentação com o questionamento sobre os desafios colocados para o campo de públicas para o próximo decênio: Quais são os desafios colocado para o campo de pública para os próximos dez anos?

# MESA DE DIÁLOGOS 2 – O ENSINO NO CAMPO DE PÚBLICAS

## Debate

Após as apresentações iniciais, foi iniciado um momento de debate aberto com os presentes. Os principais pontos e encaminhamentos apresentados serão destacados neste abaixo.

- A primeira intervenção foi feita colocação do professor Hermem da Universidade Rovuma de Moçambique. Este parabenizou a mesa e as abordagens dos debatedores e destacou a exposição da professora Lys. Chamou a atenção para os desafios colocados para as políticas e para administração pública no pós-pandemia. Ele direcionou a pergunta a professora Lys sobre os desafios colocados para a gestão pública neste contexto atual.
- Ao responder o Hermem, a professora Lys chamou a atenção para a necessidade e importância de se construir um processo de formação dos alunos com atenção ao desenvolvimento do ethos republicano e coletivo. É preciso sair da individualidade e do olhar egoísta sobre os problemas e necessidades individuais e lançar um olhar sobre a dimensão coletiva e social.
- Quanto a provocação para os próximos 10 anos, disse a professora Lys que é preciso estruturar melhor um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas. Ela falou da importância do desenvolvimento de desenvolvimento de capacidade de ter iniciativas e não ficar esperando ordens. A formação deve estar ligada também ao fazer e, não apenas, ao saber. É preciso desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo, coletivamente. E migrar de um modelo de ensino que leva a um comportamento do estudante de esperar que as coisas venham definidas e prontas, para um outro em que ele deverá tomar a decisão e construir alternativas.
- Após a fala da Professora Lys, falou a Professora Cibele. Ela procurou responder a questão dos desafios colocados para os próximos anos. Porém, destacou que há um relativo desânimo em relação ao Estado brasileiro. Isso acontece segundo ela, porque ele vem atuando e conseguindo reduzir direitos sociais presentes na Constituição Federal de 1988 que ainda não estavam consolidados no país.

- Perguntada a Professora Cibelle sobre a sobre a disciplina de integração, o seu formato e conteúdo. Ela respondeu que os alunos é quem propõem as dinâmicas de integração e que a disciplina é bastante diversificada e divertida. Há reflexões sobre temas como autoconhecimento, empatia e cancelamento em redes sociais. Há dinâmicas de integração dos alunos para uns conhecerem os outros. Estas disciplinas são diversas e dinâmicas e há grande interesse por parte dos alunos em participar delas. Quanto as disciplinas que tratam de problemas complexos, elas surgem da "boca" das pessoas que enfrentam estes problemas complexos. Sobre as disciplinas soft skills, ela informou que ainda estão se estruturando. A proposta para elas é criar desafios de comunicação com diferentes atores.
- Aproveitando a experiência da FGV apresentada pela Cibele quanto as disciplinas de interação interpessoal (soft skills), a Professora Lys relatou a experiência dos alunos do curso em produzir materiais para moradores de rua e o aprendizado que isso provocou ao revelar a realidade relativamente diferente para eles. E aproveitou para relatar de uma outra experiência de sobre uma disciplina optativa que não tem ementa claramente definida. Esta é construída coletivamente entre os alunos e o professor. Um ponto relevante, segundo a expositora, é a necessidade do professor conhecer mais de perto seus alunos para entender os limites e o alcance das suas disciplinas.
- A professora Lys criticou a curricularização da extensão. Ela considera que esta é uma decisão top down e que não leva em conta as diferentes realidades dos cursos, escolas e alunos. Para ela, isso dificulta desenhar a extensão de acordo com a realidade dos alunos e a diversificação das experiências que ela pode produzir.
- Sobre as reformas curriculares e a crítica ao estado e a burocracia, a professora Lys considera que este é um debate deve acontecer nas aulas de todas as disciplinas. As aulas precisam enfrentar estas questões. Polemizar e trazer estes temas para a sala de aula é uma necessidade.
- A professor Cibele, concordou com a professora Lys sobre as formas de abordar os temas. Para ela, o Estado é o ente capaz de combater as desigualdades, mesmo em um modelo em rede. Este ethos do Estado como um espaço de construção de direitos deve se fazer presente nos alunos do campo de públicas.

# MESA DE DIÁLOGOS 3 – A PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS

**Debatedoras/es:**
**Suylan de Almeida Midlej e Silva (UnB)**
**Wescley Silva Xavier (UFV)**
**Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz (FJP)**

A seguir, pela ordem de apresentação, são colocados os principais pontos destacados pelos membros da mesa e, em seguida, alguns outros pontos que surgiram dos debates e questões apresentadas pelos ouvintes/participantes.

Apresentação - Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz (FJP)

O professor Marcus Vinicius destacou que a ideia inicial da troca de experiências proposta para esta mesa, está diretamente ligada à temáticas da Administração Pública, que são amplas e possuem um componente fundamental que é o atendimento aos cidadãos;

Tendo em vista este contexto, na Fundação João Pinheiro, inicialmente se apresentava uma dinâmica de pesquisa que focava na realidade do estado de Minas Gerais, considerando a origem da instituição. Com o passar do tempo esta dinâmica foi se alterando e tomando como marco a década de 1980, em especial após a Constituição de 1988, a FJP passou por outros processos de consolidação de seus estudos, trazendo de um lado os macrodados do estado de Minas Gerais (FJP é responsável pelo cálculo PIB estadual), Acompanhamento da PED; dados da criminalidade e violência; do resgate da cultura por meio da coleção mineiriana; além de dinâmicas que surgem ao longo do tempo, com o núcleo que envolve a diversidade, outro núcleo que trata das desigualdades e um outro núcleo que se aproxima de questões relacionadas às necessidades ligadas à gestão municipal; cabendo destacar também o núcleo de saúde pública;

Apresentadas estas questões, foram destacados desafios para a pesquisa na FJP, iniciando pela seguinte reflexão: como conciliar questões institucionais e questões individuais dos pesquisadores? Além disso, outros pontos são destacados:
1 - Capacidade de financiamento (a partir de 2018, foi sendo restrita) - dificuldade manutenção de bolsas e desenvolvimento de pesquisas;
2 - Fuga de cérebros: carreira não é tão atrativa para fixar pesquisadores e volume elevado de aposentadorias, sem a reposição necessária

# MESA DE DIÁLOGOS 3 – A PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS

Característica da EG/FJP: poucos professores externos, o que faz com que grande parte dos professores sejam pesquisadores da FJP, levando à uma aproximação entre o ensino, pesquisa e extensão, balanceando a necessidade institucional de pesquisa, com novas ferramentas instrucionais, ou os eventos científicos e as extensões em suas diversas formas.

O Mestrado da FJP conta com 14 professores, todos da FJP e uma entrada anual de 20 estudantes, não havendo restrição de temas para as propostas que são apresentadas.

A designação dos professores que irão orientar os trabalhos é realizada ao fim do primeiro ano do curso, em decisão do colegiado, a partir de 3 propostas apresentadas pelos estudantes. Também existe uma limitação de 3 orientações por professor.

Por fim, destacou-se que é importante que esta estrutura espelhe uma pesquisa consistente, um ensino atrativo e consolidado ao longo do tempo e uma extensão que mostre a validade do conhecimento para o cidadão.

Apresentação - Suylan de Almeida Midlej e Silva (UnB)

Professora Suylan iniciou sua apresentação destacando que iria tratar do Programa de Pós-Graduação em Administração- PPGA/UnB e do Mestrado Profissional em Administração Pública (MPA), ressaltando que a forma como estão estruturados os cursos, representa muito da maneira como se estrutura a pesquisa na instituição.

PPGA/UnB: Mestrado Acadêmico criado em 1976 e Doutorado em 2006. Possui 4 linhas de pesquisa e 24 docentes, tendo como área de concentração Administração.

MPA: Criado em 2004 com o nome Mestrado Profissional em Administração, tendo seu nome alterado em 2010, para Mestrado Profissional em Administração Pública, tendo como área de concentração Administração Pública.
Possui 2 linhas de pesquisa e 14 docentes, sendo 10 efetivos da UnB e 4 externos, que possuem experiência em administração pública.

Forma de ingresso sinaliza como as pesquisas são conduzidas. No PPGA, as vagas são ofertadas conforme disponibilidade das linhas e dos temas divulgados no processo seletivo. Já no MPA, as turmas são formadas por meio de demanda externa dos órgãos públicos que buscam o MPA para ser ofertado para seus servidores, também havendo o mínimo de 3 vagas que serão ofertadas para demanda social.

Existem também diferenças nas metodologias de ensino, uma vez que no MPA a elaboração de dissertações é acompanhada de proposta de intervenção, além a necessidade da elaboração de um relatório técnico.

Todos os professores fazem parte de grupos de pesquisa, seja do MPA ou PPGA e esta estruturação por meio dos grupos orienta as pesquisas na instituição e se alinham com o desenvolvimento das pesquisas no PPGA. Já no MPA, existe uma diferença que o tema da pesquisa é definido conforme o contratante, o que tem como ponto positivo o acesso a dados para as pesquisas. Público dos programas é, em sua maioria, de servidores públicos.

Apresentação - Wescley Silva Xavier (UFV)

Professor Wescley iniciou sua apresentação sobre o Programa de Pós Graduação em Administração da UFV, que foi criado com o mestrado em 2005 e do doutorado em 2014, destacando que a definição da área de concentração em Administração Pública foi uma estratégia, ao observar uma lacuna existente ao observar programas que tinham este foco especifico.

Foi destacado que os docentes passaram a fazer uma transição de formação para esta área e que ainda existem questões que envolvem o fato da graduação da UFV ser na área de Administração geral.

O programa está em fase de reformulação, o que aponta para alguns desafios que foram destacados:
1 -Consolidação do programa;
2 - Aumentar o impacto social das produções (não possui tanta proximidade com o poder público estadual e federal);
3 - Processo de internacionalização (parcerias, intercâmbios e publicações).

Linhas de pesquisa foram repensadas, também a partir das mudanças observadas no corpo docente, que se alterou muito ao logo dos anos.

Estrutura dos cursos: Mestrado possui 24 créditos, sendo 12 créditos em disciplinas obrigatórias . Já o doutorado possui 48 créditos, sendo 20 em disciplinas obrigatórias

Com relação à estrutura de construção dos trabalhos, foi destacado que é necessária publicação de artigos antes da defesa dos projetos e da apresentação final da dissertação ou tese.

Com relação às vagas no programa, no mestrado são ofertadas até 15 vagas, sendo 3 para ações afirmativas, já no doutorado, são até 6 vagas, sendo 2 para ações afirmativas.

Destaca-se que existe um apoio na tradução de artigos, como incentivo à internacionalização e apoio à participação de eventos. Além disso, existe um incentivo que os projetos de pesquisa estejam vinculados a projetos de extensão.

## Debate

Após as apresentações iniciais, foi iniciado um momento de debate aberto com os presentes. Os principais pontos e encaminhamentos apresentados serão destacados neste abaixo.

- Contribuindo com os pontos apresentados, o professor Mauro Campos apresentou a realidade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Destacando que é uma região rica, devido ao recebimento de royalties de petróleo, porém, convive com uma grande desigualdade social. Ele retoma um ponto destacado nas apresentações anteriores, sobre a extensão ser o "patinho feio" da Universidade e destaca que com recursos muda esse patamar.
- Desta forma, na UENF, hoje busca-se que a extensão seja a carta de visitas da universidade, com a tentativa de vinculação entre extensão, ensino e pesquisa, por meio do estudo em disciplinas e que possa alcançar o debate e a ação das Políticas Públicas. Ressaltando a importância da interação entre a universidade e a comunidade.
- Lugar da pesquisa no mestrado profissional:
- Relação com a extensão no mestrado acadêmico e profissional ainda é restrito.
- Área de pública ainda é muito vista como subárea, em especial nos grandes programas. São poucos os programas em Administração Pública, as catalogações são feitas com base em linhas de pesquisa.
- Administração Pública é em algumas situações, vista como *lócus* e não como *focus*. São estudos que poderiam ser realizados em outros lugares. Este ponto, faz com que se trabalhe em uma perspectiva modelar, com uma grande quantidade de pesquisas bibliométricas, nas quais o referencial teórico se torna fim e não meio.
- No mestrado profissional, essa dinâmica tende a se alterar, por serem profissionais do campo de públicas. Isso tem impacto nas pesquisas que são desenvolvidas, que se aproximam mais do campo de públicas ,

- Proposta de intervenção nas pesquisas do mestrado profissional da UnB só é construída após os resultados da pesquisa e da dissertação de mestrado. Existe uma confusão entre problemas de pesquisa e problemas de gestão e o programa contribui com essa reflexão aos estudantes, que em sua maioria participam dos grupos de pesquisa.
- Demandantes do programa do Mestrado Profissional podem trazer demandas de disciplinas optativas para adequar às necessidades do órgão que contratou o curso, porém, existem disciplinas obrigatórias. Também é negociada a participação dos estudantes em eventos científicos para divulgação dos trabalhos.
- A realidade da UFV, que possui a graduação em Administração Geral e a pós graduação em Administração Pública traz desafios para a articulação entre as atividades dos professores serem articuladas.
- Importante reflexão sobre a escrita de dissertação e Tese, pensando nas implicações práticas e sociais do trabalho. Na UFV, é necessário fazer um resumo em linguagem acessível dos trabalhos, para tentar alcançar de fato um público interessado geral, além da elaboração de um *pitch*, que será acompanhado pela assessoria de comunicação da instituição.
- Exceto demandas de extensão com grandes recursos e que abrem agendas de pesquisa, é difícil que seja observada essa ordem, de forma espontânea, com o caráter extensionista surgindo a posteriori.
- Existe um problema do estrangulamento que as agências de fomento impõem às faculdades no uso dos recursos captados, com grandes limitações à utilização dos recursos.
- Existe pouco incentivo à produção, em especial sobre a progressão nas carreiras.
- Sobre a internacionalização, um ponto destacado, foi que a natureza dos objetos é um elemento importante para avançar com essa questão, não sendo um movimento simples, em especial para os pesquisadores que trabalham com pesquisas qualitativas. Esse movimento da internacionalização não pode representar um abandono das agendas que estão colocadas.
- Estratégias para internacionalização na UFV: Incentivar a ida de docentes para pós doutorado no exterior; incentivar publicação em periódicos internacionais; incentivar a vinda de estudantes de universidades de exterior, com a oferta de bolsas.

Como encaminhamentos dos debates, foi destacada a possibilidade de mobilidade acadêmica entre os cursos, além de convites para a troca de experiências entre os professores nas diferentes aulas.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da realização do I Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão, foi muito gratificante e esperamos que este documento sirva para marcar este momento, apontando algumas das reflexões que foram feitas, para caminharmos cada vez mais para uma articulação entre Ensino, pesquisa e Extensão, de forma implicada.

Também agradecemos muito a participação de todas e todos que construíram com a gente este momento, em especial as professoras e professores que estiveram conosco desenvolvendo importantes debates nas mesas diálogo, na abertura e no lançamento do livro "A igualdade terá o rosto da mulher".

Mais informações sobre o evento e as/os integrantes das mesas podem ser acessadas por meio da página:

http://fjp.mg.gov.br/i-simposio-de-ensino-pesquisa-e-extensao/

Link para as palestras de abertura:

https://www.youtube.com/watch?v=dhz7fqShBF4

Link para o Lançamento do Livro: A Igualdade terá o rosto da Mulher:

https://www.youtube.com/watch?v=BpiPwaeeFW0&t=183s

Link para download do livro: A Igualdade terá o rosto da Mulher:

https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/163?n=A_Igualdade_Ter%C3%A1_o_Rosto_da_Mulher